



ISSN 1981 - 3031

A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO ESTADO E EDUCAÇÃO: A EDUCAÇÃO TÉCNICA À DISTÂNCIA SOB A PERSPECTIVA DO TRABALHADOR

Corina Prado Basílio¹ (UFAL)

Carol Prado Basilio² (UFAL)

RESUMO: Partindo do pensamento marxista que traz o trabalho como elemento que funda o homem, bem como do antagonismo entre capital e trabalho refletir nas políticas educacionais adotadas pelo estado, este artigo aborda a educação a distância como uma das consequências da forma de organização do trabalho regida pelo capital. Como atualmente o trabalho assume a forma de mercadoria, a necessidade do mercado tem sido determinante para as políticas públicas voltadas para a educação escolar brasileira, especialmente a educação direcionada a formação do trabalhador. Através de pesquisa bibliográfica este artigo analisa a educação técnica a distância sob o viés ontológico marxiano, possibilitando a percepção dessa modalidade de educação como uma política pública voltadas a atender às novas configurações do capital. Foi possível concluir que a escolarização ofertada pela educação a distância concebida a partir das necessidades do mercado se faz em detrimento da formação integral do trabalhador, e relega a este último, acesso a uma aligeirada e fragmentada parcela do patrimônio histórico, científico e cultural produzidos pelo homem no decorrer de sua história.

Palavras-Chave: Trabalho. Educação a distância. Educação do trabalhador.

INTRODUÇÃO

¹ Aluna do curso de Mestrado em Educação Brasileira do Programa de Pós Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas, com a pesquisa: *Trabalho e educação: a educação técnica do trabalhador a serviço do capital*, sob a orientação da Prof^a. DR^a. Maria Edna de Lima Bertoldo.

² Pedagoga e Especialista em Formação de Professores e Língua Portuguesa, formada pela Universidade Federal de Alagoas.

Com base na teoria marxiana, autores marxistas trazem o trabalho como elemento fundante do ser social. Compreender o homem através do processo do trabalho e das conseqüentes formas de organização social, decorrentes da organização da produção é fundamental para a compreensão da organização da educação na sociedade. As ações políticas educacionais empreendidas pelo Estado brasileiro são historicamente tomadas para atender as necessidades do mercado.

Faremos uma sucinta reflexão sobre a relação entre trabalho, Estado e educação, para melhor compreendermos a educação técnica de nível médio, na modalidade à distância, implementada pelo presente governo federal.

Intencionando contribuir com a perspectiva ontológica marxiana no embate teórico entre trabalho e capital e os reflexos desse embate na educação, esperamos que este texto, ainda que modestamente, possa oferecer uma contribuição na construção de uma formação crítica a favor da classe trabalhadora que tem como patamar a superação do capital.

TRABALHO E EDUCAÇÃO: A EDUCAÇÃO TÉCNICA A SERVIÇO DO CAPITAL

Para melhor compreendermos a educação técnica ofertada aos trabalhadores, se faz necessário, antes, percorremos, ainda que sucintamente, a categoria trabalho sob a perspectiva marxiana e suas conseqüências sócio históricas, que nos trouxeram ao presente contexto, em que a humanidade alcançou um elevado avanço tecnológico produtivo sem um equivalente progresso na equiparação social. Essa diferença pode ser sentida de inúmeras maneiras: o antagonismo entre classes sociais, o desemprego, a desnutrição de significativa parcela da sociedade e de tantas outras formas, inclusive na presente discrepância entre a qualidade da educação escolar ofertada à classe trabalhadora e à classe dominante.

Em Braz e Netto (2007), vemos que Marx traz o trabalho, no seu sentido ontológico, como elemento fundante do ser social. Assim, segundo Marx, é por meio do trabalho que o homem se distancia da condição puramente biológica e passa a produzir sua existência adaptando o meio às suas necessidades (id., p.30-31). “O trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria

ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (MARX----, apud BRAZ; NETTO, 2007, p.31).

Lessa e Tonet (2008, p.17) afirmam que “o único pressuposto do pensamento de Marx é o fato de que os homens, para poderem existir devem transformar constantemente a natureza”. E ainda, que a autoconstrução humana se dá pela transformação da natureza através do trabalho, e ao se autoconstruírem como indivíduos no processo do trabalho, os homens se constroem socialmente (id.,p.17-19).

Com base em Braz e Netto(2007, p.30-34), é possível dizer que, para Marx, o trabalho em seu sentido ontológico, é composto de teleologia e causalidade. O trabalho configura-se na junção de dois fatores: do homem ser capaz de antever mentalmente o resultado de sua ação e da causalidade, ou seja, as condições materiais postas. Assim, o homem projeta mentalmente o resultado de uma ação e busca na natureza e/ou nos recursos já produzidos pelo homem, os meios para atingir seu objetivo idealmente traçado.

Num breve resumo do capítulo 2 intitulado “Categorias da crítica da economia política” do texto “Economia política: uma introdução crítica”, de Braz e Netto (2007), trataremos em linhas gerais os aspectos que marcam a evolução do homem através da evolução do trabalho.

Com base nesse texto, é possível afirmar que o homem progrediu socialmente como consequência do desenvolvimento do trabalho. O desenvolvimento das comunidades primitivas, das forças produtivas, das relações de produção e dos modos de produção, propiciou a presente e complexa estrutura social que vivenciamos.

As comunidades primitivas produziam o estritamente necessário para a reprodução biológica, a reprodução imediata da vida do grupo. O aperfeiçoamento das ferramentas, o surgimento da agricultura, a domesticação de animais fizeram com que surgisse o “excedente econômico”, ou seja: a diferença entre o que é produzido e o custo dessa produção no processo do trabalho. Esse excedente torna possível a mercadoria e logo depois a exploração do trabalho (BRAZ; NETTO, 2007).

A exploração do trabalho assumiu diferentes formas no decorrer da história. Inicialmente sob a forma de escravismo na antiguidade, depois a servidão do período feudal e por fim, a substituição deste último pelo trabalho assalariado do sistema capitalista. No capitalismo a sociedade divide-se em duas classes sociais distintas e antagônicas: a classe dominante, composta pelos proprietários dos meios de produção, e a classe trabalhadora, composta pela grande massa de desprovidos dos meios de

produção que para sobreviver lança mão da única coisa que possui, sua força de trabalho.

No trabalho servil, o trabalhador estava preso à terra e ao senhor, não existia a menor possibilidade de mudanças ou melhorias na sua qualidade de vida nem da sua condição social. No trabalho assalariado o trabalhador tem a “liberdade” de trabalhar onde, como e para quem quiser. No entanto para a maioria dos trabalhadores, essa “liberdade” está sitiada por uma exploração perversa do trabalho assalariado. Aliado a isto, a impossibilidade de permanência da forma feudal de organização política e econômica provoca o sufocamento do feudalismo. Assim, o Estado burguês nasce juntamente com o capitalismo para garantir sua sobrevivência e expansão. Vem atender as novas necessidades sociais.

A produção capitalista não seria possível dentro de uma organização política e social de base feudal, e segundo Mészáros (2009, p.106), “a formação do Estado moderno é uma exigência absoluta para assegurar e proteger permanentemente a produtividade do sistema”.

Em Para além do capital, Mészáros(2009,p.110) nos diz que:

Em todas as questões o papel totalizador do Estado moderno é essencial. Ele deve sempre ajustar suas funções reguladoras em sintonia com a dinâmica variável do processo de reprodução socioeconômico, complementando politicamente e reforçando a dominação do capital contra as forças que poderiam desafiar as imensas desigualdades na distribuição e no consumo.

Com base em Marx, Bertoldo (2008, p.97-98), afirma que o entendimento da libertação dos trabalhadores da servidão e da opressão feudal aconteceu por meio da usurpação de todos os meios de produção, restando aos trabalhadores apenas a possibilidade da venda de sua força de trabalho (Ibid.,97-98).

Bertoldo(2008, p. 98), baseada em Mészáros, afirma que: “o traço marcante do sistema do capital, desde seu nascedouro, é a total subordinação das necessidades humanas à reprodução do valor de troca”.

No capitalismo a exploração do trabalho é direcionada a produção de mercadorias - bens destinados à venda. Segundo Braz e Netto (2007,p.79), “*a mercadoria é um valor de uso que se produz para a troca, para a venda*” (grifo do autor). Assim em troca de um salário, milhares de homens se sacrificam diariamente em longas jornadas de trabalho, e o resultado desse trabalho é direcionado para o mercado

para realizar sua principal razão de ser, ser vendido e gerar riqueza para o proprietário dos meios da produção da mercadoria.

Nas formas de exploração do trabalho anteriores à forma capitalista, ou seja, na escrava e na servil, as técnicas utilizadas na produção eram passadas de geração a geração no exercício do próprio trabalho. Não existia uma educação para o trabalho que se distanciasse da produção propriamente dita. A partir de Aranha (1996), é possível perceber que os embates teóricos sobre educação, desde a antiguidade clássica ao feudalismo, referiam-se à formação daqueles que não precisavam se preocupar com a produção, e a formação para o trabalho não se constituía numa preocupação dos educadores desde a antiguidade clássica até o advento do capitalismo.

A riqueza como resultado da comercialização da produção gera a necessidade da especialização dessa produção. O desenvolvimento de novas formas de produzir um artigo qualquer, que alie rapidez e qualidade faz com que esse artigo seja competitivo no mercado. Essa é a razão principal do desenvolvimento tecnológico dos meios de produção no capitalismo nascente.

As indústrias capitalistas provocam os constantes avanços tecnológicos. Máquinas cada vez mais complexas são utilizadas na produção. Segundo Frigotto (1996), o desenvolvimento tecnológico do capital exigiu uma maior especialização técnica do trabalho, conseqüentemente a educação escolar passou a se apresentar como condição indispensável ao crescimento industrial e individual em todas as sociedades nos dias atuais. Assim a necessidade do capital de ter recursos humanos com maior qualificação técnica provocou o acesso dos trabalhadores a redes regulares de ensino.

Ainda segundo Frigotto (1996, p. 26), para a classe dominante, a educação oferecida aos trabalhadores deve ofertar conteúdos técnicos, ideológicos e sociais direcionados ao trabalho, subordinando a função social da educação à necessidade do mercado. Enquanto que para si – a classe dominante –, a educação deve ser fonte de conhecimentos e de habilidades que propiciem a apreensão do real e de seus interesses econômicos políticos e culturais.

A lenta conquista de direitos sociais dos brasileiros fez com que apenas no século XX esses direitos aparecessem com maior abrangência. No que se refere à educação, no século XIX principiamos com a Constituição de 1824 estabelecendo “instrução primária gratuita aberta a todos os cidadãos” (FAVERO, 1997 apud CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO IMPÉRIO DO BRASIL, 1824). Vale lembrar que o direito à cidadania não estava ao alcance de significativa parcela da população

brasileira, a exemplo, escravos e mulheres não usufruíam desses direitos. Apenas na Constituição de 1925-26 é que o Brasil assume uma postura mais comprometida com as questões sociais, inclusive com a educação pública (id., 2005, p. 6).

A subordinação das práticas educativas aos interesses do mercado toma diferentes formas ao longo da história. Na década de 50 do século passado, a forma da Economia da Educação, que vem definir a educação como fator de produção. Na década de 60 do século XX surgiu a “Teoria do Capital Humano”, proposta por Adam Smith, que concebia a educação como um fator de acréscimo ao potencial produtivo por ampliar a capacidade de trabalho e de produção, e assim a educação passa a ser vista tanto como um investimento indispensável para o desenvolvimento das nações como também para a ascensão social individual (FRIGOTTO, 1996).

Para Jimenez e Maia (2004), todo o processo de mudança que traçou um “novo” mapa-múndi, a partir da globalização imposta pelos países desenvolvidos aos países subdesenvolvidos, levando às mudanças econômicas, políticas e sociais, norteou a idealização de uma nova pedagogia que tem a responsabilidade de responder adequadamente aos desafios do século XXI.

Essa nova forma de conceber a educação teve como pontapé inicial a Conferência Mundial sobre Educação, organizada pela ONU e financiada pelo Banco Mundial, que aconteceu em 1990 na Tailândia, com o tema “Educação para Todos”, considerada um marco no pensamento educacional contemporâneo (Ibid, p. 105-106).

O eixo norteador desse novo processo de educação, segundo a Comissão da ONU, é a liberdade de pensamento, motor da inovação, da criatividade e da capacidade de conviver com um mundo em mudança constante. Dentro desse universo, compete ao Banco Mundial investir em educação, principalmente nos países periféricos, impondo discursos e projetos educacionais da ONU e ao modelo de produção capitalista, que devem ser assimiladas pelos de trabalhadores. Trata-se de medidas que visam, na opinião de Jimenez e Maia (2004), desqualificar o trabalho e, por conseguinte, as relações de classe como referência central de organização da sociedade contemporânea, cuja configuração delineada pelo avanço tecnológico e comunicacional, teria erigido a ciência – em lugar do trabalho – ao posto de principal força produtiva.

E é com esse entendimento exposto sobre a relação entre trabalho e educação que lançamos nosso olhar para a educação técnica na modalidade a distância, destinada a atender a mais de 80 mil alunos das periferias brasileiras até 2010, recentemente implantada pelo governo federal.

O e-TEC Brasil teve suas diretrizes pensadas a partir de um seminário sobre ensino tecnológico a distância ocorrido na Universidade Federal do Paraná em junho de 2007. Esse seminário teve como objetivo socializar as experiências de educação de nível superior e médio na modalidade a distância para, a partir das sínteses dessas experiências se construir o documento intitulado “Diretrizes para elaboração de projetos para ensino técnico profissional de nível médio a distância” (2007).

Consideradas as condições de elaboração das diretrizes do e-TEC Brasil, não nos surpreendemos com o fato de que, embora traga em seu discurso o intuito de democratizar a educação e com isso desenvolver as regiões beneficiadas, esses mesmos cursos deverão atender diretamente a demanda do mercado local, visto que, os cursos superiores a distância estejam claramente centralizados no capital (DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS PARA ENSINO TÉCNICO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO A DISTÂNCIA. 2007, p.1-2).

Ora, se há pouco dissemos que a educação é um campo de embate ideológico entre capital e trabalho e que a depender da perspectiva ideológica que a orienta esta se posicionará em uma das vertentes, como será possível que uma ação educativa pensada a partir das necessidades do mercado de fato esteja voltada para os interesses do trabalhador?

Considerando as diretrizes do e-TEC Brasil como resultado de experiências dos cursos tecnológicos superiores na modalidade à distância, e sabendo que estes últimos, observados por um olhar crítico a favor do trabalhador, a exemplo do artigo “Educação a distância ou à distância da educação” de Kátia Lima publicado em 2007, que apresenta a educação a distância como uma lucrativa empresa para o capitalistas brasileiros e internacionais, conduzidos por organismos internacionais do capital, não configura uma educação com crítica a favor do trabalhador.

Assim, podemos afirmar que embora em seu discurso o e-TEC Brasil pretenda inserir os trabalhadores excluídos ao mercado de trabalho, compreendemos que o e-TEC Brasil não pretende oferecer ao trabalhador formação que possibilite a este a percepção de sua importância para a produção de riquezas e a possibilidade de lutar pelo uso fruto dos resultados de seu trabalho. Por isso, Lima considera a educação a distância uma promissora mercadoria:

A ofensiva internacional do capital tem, dessa forma, sufocado o uso crítico-emancipatório das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e da educação a distância, como alternativa complementar À formação profissional, na medida em que omite a busca do empresariado internacional por lucratividade, por intermédio da venda de pacotes tecnológicos; o

aprofundamento da dependência científica-tecnológica dos países periféricos, bem como a importante ação da educação a distância, na conformação de mentes e corações ao projeto burguês de sociabilidade (LIMA, 2007, p.81).

O discurso segundo o qual a educação é condição para a ascensão do trabalhador no mercado de trabalho propagado desde a Teoria do Capital Humano, e até hoje difundido, na verdade tem um caráter teórico profundamente ideológico, já que o trabalhador, ao se tornar escolarizado, não encontra nenhuma garantia de melhoria salarial ou de empregabilidade. Contudo, é necessário deixar claro a importância de se investir na escolarização do trabalhador, pois não é possível admitir que numa sociedade altamente desenvolvida ainda existam pessoas sem acesso à educação escolar. Antes, defendemos não só o acesso, mas que a educação seja de qualidade no sentido de oportunizar o contato de todo e qualquer homem com o acervo cultural produzido pela humanidade.

Frigotto, no texto “Fundamentos científicos e técnicos da relação trabalho e educação no Brasil de hoje” (2007) relembra uma reflexão sobre o posicionamento político de cunho neoliberal do investimento de educação profissional. Segundo o autor:

As políticas de educação escolar e de formação técnico-profissional que se consolidaram na hegemonia neoliberal buscaram, não sem contradições, a produção das qualificações necessárias ao funcionamento da economia nos setores restritos que exigem trabalho complexo, o alargamento da formação para o trabalho simples e a formação de quadros para a elaboração e disseminação da pedagogia da hegemonia. Trata-se de produzir um pacote de competências adequadas à formação do ‘cidadão produtivo’ ajustado técnica e socialmente às demandas do capital. Um cidadão que acredite que a ele não compete ser um sujeito político (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2007, p.266, apud FRIGOTTO. Grifo do autor).

CONCLUSÕES

No Brasil é possível observar uma direta relação entre o investimento em educação pública e a necessidade da indústria brasileira de ter trabalhadores mais ou menos qualificados. Segundo Marx e Engels (1998), existe uma relação dialética entre conhecer e transformar; assim sendo, a lógica neoliberal tem imposto ao sistema educacional brasileiro uma educação essencialmente tecnocrata a serviço do capital, o

que dificulta a desmistificação do capitalismo como natural e sua lógica desumanizadora como inerente à natureza humana.

Consideramos que a educação de nível médio na modalidade a distância proposta pelo Governo Federal através do e-TEC Brasil terá atuação limitada na formação do trabalhador ao capacitá-los para uma *possibilidade* de inserção no mercado de trabalho. Fragmentação e aligeiramento são formas de limitar a formação do trabalhador, bem como a compreensão de suas próprias potencialidades individuais e coletivas.

O homem só conhecerá a liberdade necessária para o pleno exercício de sua individualidade dentro de uma sociedade emancipada do capital e do Estado. Se os homens forem capazes de construir uma sociedade que tenha seus objetivos traçados pela e para a humanidade, as relações estabelecidas com a educação estarão a serviço do próprio homem enquanto indivíduo e enquanto ser social. Nesse sentido defendemos uma educação que ultrapasse o limite da mera reprodução técnica reivindicada pelo mercado, e oportunize o acesso do trabalhador ao acervo cultural já produzido pelo homem para que este possa conhecer sua história e lutar por dias justos.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da educação*. São Paulo: Moderna, 1996.

BRAZ, Marcelo, NETTO, José Paulo. *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2007.

BERTOLDO, Maria Edna de Lima. Trabalho, educação e crise do capital: a privação do público. In: JIMENEZ, Susana V.; OLIVEIRA, Jorge Luís de; SANTOS, Deribaldo. *Marxismo educação e luta de classes*. Fortaleza: EduECE/IMO/SINTSEF, 2008.

FÁVERO, Osmar (Org.). *A educação nas constituintes brasileiras 1823-1988*. 3ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. – (Coleção memória da educação).

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. Fundamentos científicos e técnicos da relação trabalho e educação no Brasil de hoje. In: LIMA, Júlio César França; NEVES, Maria Lúcia Wanderlei. *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Fiocruz/ EPSJV, 2007, p. 241-288.

JIMENEZ, Susana V.; MAIA, Osterne. A chave do saber: um exame crítico do novo. In: JIMENEZ, Susana V; RABELO, Jackline (Org.). *Trabalho educação e luta de classes*. Fortaleza: Brasil Tropical, 2004, p. 105 – 124.

LESSA, Sergio; TONET, Ivo. *Introdução à filosofia de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LIMA, Kátia. A educação a distância ou à distância da educação? *Universidade e Sociedade*. Brasília, ano XVI N° 39, p. 81-92, 2007.

MARX, K. & Engels, F. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998.

MÉSZÁROS, Istvan. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.

<http://etecbrasil.mec.gov.br/> acesso em 23 de dezembro de 2008.